



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1652/17	DATA: 31/10/2017	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 16h38min	TÉRMINO: 18h34min	PÁGINAS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RUSSEL TERESINHA DUTRA DA ROSA - Coordenadora da Frente Gaúcha Escola sem Mordaza.
MARIA INEZ MEDEIROS BELARMINO - Mãe de aluna do Colégio Pedro II.
INGRID MATUOKA - Repórter e Jornalista.
JOÃO CARLOS ALMEIDA - Sacerdote e Doutor em Educação.

SUMÁRIO

Reunião destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Nos termos regimentais, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Especial, destinada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e seus apensados.

Esclareço que esta reunião se destina à realização de audiência pública, nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 50 do Regimento Interno, e à deliberação de requerimentos.

Consulto ao Plenário se podemos iniciar a audiência pública e, alcançado o quórum para deliberação, suspendê-la para proceder à apreciação dos requerimentos. Há concordância? *(Pausa.)* Há.

Dando início à audiência pública, convido a tomar assento à mesa a Sra. Russel Teresinha Dutra da Rosa, Coordenadora da Frente Gaúcha Escola sem Mordança; a Sra. Maria Inez Medeiros Belarmino, mãe de aluna do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro; a Sra. Ingrid Matuoka, repórter e jornalista; o Pe. João Carlos Almeida, sacerdote e doutor em Educação. *(Palmas.)*

Para o melhor andamento dos trabalhos, esclareço os procedimentos que adotaremos. Cada convidado disporá de até 20 minutos para a sua exposição. Durante a fala, não poderá ser aparteado e deverá limitar-se ao tema em debate.

Os Parlamentares interessados em participar do debate deverão inscrever-se previamente na Secretaria. Findas as apresentações, concederei a palavra primeiro ao Relator, o Deputado Flavinho, e, em seguida, aos demais Deputados. Por último, concederei a palavra aos Deputados não membros que estiverem inscritos.

Ao interpelar os convidados, os Parlamentares só poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, destinado o mesmo tempo para a resposta.

Senhoras e senhores, damos início a mais uma audiência pública, no Plenário nº 6 desta Casa.

Informo que é praxe desta Comissão dar sempre espaço para o contraditório. Lamentamos que tenha havido aqui audiências públicas em que isso não aconteceu. Mas hoje temos a honra e o privilégio, porque a democracia assim o permite e nela



seguimos, de contar com a presença de quatro pessoas: duas favoráveis e duas contrárias ao projeto. Entendemos que isso é bom e oportuno. Ninguém pode, portanto, acusar esta Comissão de partidarismo. Dentro do processo democrático, deixamos bem claro que todos têm direito à fala — quando digo isso, refiro-me à representatividade de ambos os lados. Esta tem sido a prática desta Comissão e, reitero, hoje há quatro participantes: dois a favor e dois contrários ao projeto.

Concedo a palavra à Sra. Russel Teresinha Dutra da Rosa. S.Sa. dispõe de até 20 minutos.

A SRA. RUSSEL TERESINHA DUTRA DA ROSA - Boa tarde a todos os presentes. Boa tarde, Deputado Marcos Rogério, Presidente da Comissão Especial que analisa os projetos de lei conhecidos pelo título Escola sem Partido; demais Deputados, colegas, professores, estudantes e demais presentes.

Sou professora há 20 anos na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aqui represento a Frente Gaúcha Escola sem Mordaça, que, quando do seu lançamento, no dia 31 de agosto de 2016, congregou 72 entidades e movimentos sociais representativos de diferentes setores da sociedade.

A Frente Gaúcha Escola sem Mordaça constitui-se como um espaço coletivo, suprapartidário e plural, em defesa da democracia e da justiça social. Produziu um manifesto, que passo a entregar aos senhores, que visa resguardar as conquistas dos movimentos sociais inscritas na Constituição Federal de 1988 e na legislação subsequente, que pretendem não só reparar processos históricos socialmente excludentes, bem como prevenir a violação aos direitos humanos.

Considerando o direito à educação uma luta permanente na sociedade brasileira, marcada por desigualdades, solicitamos o arquivamento dos cinco projetos de lei Escola sem Partido que tramitam apensados.

Como representante de um coletivo que pensa e vive a educação, farei uma exposição de motivos ordenados pelas temáticas dos projetos de leis, abrangendo: primeiro, a liberdade de expressão e a experiência democrática; segundo, os espaços públicos e privados; terceiro, a liberdade de ensinar e o reconhecimento dos educadores como profissionais detentores de um saber específico; quarto, o



enfrentamento das desigualdades sociais, do racismo e da homofobia; e quinto, a defesa e a promoção dos direitos humanos.

Todos os projetos Escola sem Partido têm em comum a intenção de censurar a liberdade de expressão e o acesso ao conhecimento nos espaços escolares. Todavia, sabemos que sem liberdade de expressão não há experiência democrática. Por isso, o princípio da liberdade de expressão está protegido enfaticamente no art. 5º da Constituição Federal da República de 1988, produzida ao fim do longo período de autoritarismo da ditadura civil-militar, um regime traumático que silenciou a sociedade brasileira após o golpe de Estado de 1964.

O Projeto de Lei nº 7.180 pretende alterar o art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, incluindo entre princípios e fins da educação o inciso XIII, em que os valores familiares têm precedência sobre a educação escolar, princípio que também aparece no PL 7.181 e no PL 867, configurando uma confusão entre o espaço familiar privado e o espaço escolar público.

As instituições educacionais, especialmente as que fazem parte das redes públicas, pelo acesso universal dos estudantes e pelo ingresso de professores por meio de concurso, possibilitam a convivência entre pessoas de diferentes origens e com diferentes valores. Este ambiente, quando pautado pelo respeito mútuo e estruturado como espaço de livre circulação de ideias, possibilita o diálogo e a expansão das fronteiras familiares.

Na escola, pelo aprendizado do conhecimento acumulado pela humanidade, os estudantes têm a oportunidade de construir suas próprias convicções acerca de diferentes temas da vida social, como o conhecimento e a valorização das culturas de grupos historicamente marginalizados, fundamental em um contexto em que os jovens negros são as principais vítimas de homicídio e são mais suscetíveis ao encarceramento.

O quadro de genocídio de jovens negros e de massacres de comunidades indígenas, como o do povo gamela, no Maranhão, em 30 de abril deste ano, deve-se a uma história de quase 400 anos de escravidão seguida de exclusão, bem como ao incitamento de violência por discursos de ódio, até os nossos dias.

Precisamos superar o mito da democracia racional e reconhecer a perversidade dos estereótipos depreciativos, pois o conceito de raça está



impregnado nas relações sociais, interferindo no destino das pessoas, a partir de características físicas, como a cor da pele, e de formas específicas de expressão cultural, como os cultos de matriz africana ou indígena.

Esta perspectiva é prevista na legislação que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*, complementada pelas diretrizes curriculares nacionais de 2004 e pelo Estatuto da Igualdade Racial, de 2010, e também nas diretrizes curriculares dos direitos humanos e de educação ambiental de 2012.

Quanto ao Projeto de Lei nº 867, de 2015, que tem o propósito de incluir o Programa Escola sem Partido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ele propõe princípios contraditórios entre si, como o da neutralidade e o do pluralismo de ideias, além de desfigurar o art. 206 da Constituição da República de 1988.

Quanto ao primeiro princípio constitucional, o da igualdade de condições, já foi mencionada aqui a necessidade de promoção da equidade étnico-racial, entre outras desigualdades que precisam ser equacionadas.

Em relação ao segundo princípio, além da liberdade de aprender, a Constituição Federal assegura as liberdades de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, liberdades omitidas no texto do PL 867.

No terceiro princípio constitucional, é fundamental destacar não só o pluralismo de ideias, como faz o projeto de lei, mas também o pluralismo de concepções pedagógicas, que foi excluído do projeto de lei.

Ainda é necessário mencionar a valorização dos profissionais da educação escolar, aspecto negligenciado pelos projetos de lei em tela, que desconsideram a precariedade das condições de trabalho de educadores, as quais têm produzido a redução do interesse dos jovens pela carreira do magistério.

Os nossos cursos de licenciatura e de magistério do ensino médio hoje estão em crise, pela falta de condições de trabalho, pelo parcelamento de salários, pelo não pagamento do piso nacional, e agora esses projetos de lei ainda pretendem excluir um direito constitucional de uma categoria profissional. Trata-se de uma irresponsabilidade em relação à educação da população brasileira!



O PL 867 também prevê, no art. 3º, vedar em sala de aula a prática de doutrina política e ideológica. Tal proibição é proposta sem que seja oferecida uma delimitação clara do que seja esta doutrinação política e ideológica.

Conforme a medida cautelar do Supremo Tribunal Federal de 22 de março de 2017, que suspendeu lei alagoana análoga à proposta no PL 867, a vedação genérica e vaga à doutrina política e ideológica, à emissão de opiniões políticas, constitui restrição desproporcional à liberdade de expressão docente, a qual se revela excessiva e desnecessária, para tutelar a liberdade de consciência de alunos.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal, em seu parecer, menciona que é inegável o conteúdo ideológico de quaisquer temas de estudo, como são ideológicas, por exemplo, as narrativas sobre o descobrimento do Brasil, produzidas pelos conquistadores, que seriam produzidas com maior precisão histórica se designadas como conquista e colonização do território que hoje chamamos de Brasil, por exemplo.

Portanto, é parte do trabalho pedagógico formar o aluno para identificar as múltiplas ideologias ou visões de mundo que perpassam as informações, incluindo os projetos de lei em tela. E mais: o estabelecimento de limites a direitos fundamentais, por meio de expressões excessivamente genéricas, tem efeito inibidor, levando as pessoas a se abster de exercer direitos por receio de sanções, havendo o risco de aplicação seletiva para beneficiar ou prejudicar certas práticas ou grupos.

Já há casos de educadores que são assediados em todo o País, como documentado pela revista *CartaCapital*.

A Frente Gaúcha Escola sem Mordaza recebeu denúncias de professores da educação básica, assediados e até transferidos de escola ou demitidos por desenvolverem estudos de documentos históricos, como os produzidos pela Comissão Nacional da Verdade, acerca das violações aos direitos humanos pela ditadura civil-militar.

Também existem professores que foram expostos nas redes sociais e intimidados por Parlamentares que protocolaram projetos de lei análogos aos aqui discutidos em Municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, por desenvolverem estudos acerca da diversidade de gênero.



Além disso, na própria página da Escola sem Partido, é feita a exposição de professores que se manifestam em redes sociais acerca de desigualdades, como se o trabalho pedagógico de promoção de direitos humanos fosse crime.

E mais: os ataques aos direitos humanos ficam ainda mais evidentes na proposta de petição disponibilizada no mesmo *site* da Escola sem Partido, para que estudantes possam registrar discursos que ferem o critério de respeito aos direitos humanos em suas redações do exame nacional de ingresso no ensino superior.

Ao mesmo tempo que a Escola sem Partido defende discursos de ódio de candidatos ao ensino superior, recorrendo ao princípio da liberdade de expressão, propõe a subtração deste direito constitucional a uma categoria profissional já muito desprestigiada e aviltada, inclusive, como já mencionei, pelo parcelamento de salários.

Destaca-se o fato de os professores das redes de educação básica receberem remunerações que costumam corresponder a 50% da média salarial dos trabalhadores com o mesmo tipo de formação, com o mesmo nível de formação em nível superior.

Com relação aos dois últimos projetos que tramitam apensados, o PL 1.859 acrescenta um parágrafo ao art. 3º da LDB, suprimindo os termos “gênero” e “orientação sexual” da educação escolar. Na mesma linha, o PL 5.487 também proíbe o estudo da diversidade sexual.

O conteúdo dos textos destes dois projetos de lei pode acarretar desvantagens para pessoas pertencentes a grupos vulneráveis, na contramão da Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, a qual condena a discriminação baseada em orientação sexual, identidade e expressão de gênero.

O teor dos projetos legitima o insulto e a intimidação da comunidade LGBT, reeditando discursos que produziram ao longo da história a humilhação e a violência contra grupos por sua raça, etnicidade, nacionalidade ou religião.

Estes discursos opressivos apresentam-se disfarçados de proteção moral, mas, na verdade, são tentativas de controle da transformação da sociedade. Acionam o medo de mudanças, disseminam o pânico moral, tentando evitar a perturbação na manutenção de privilégios de uma ordem dominante desigual,



concentradora de renda, patriarcal, homofóbica e misógina em práticas que procuram banir o diferente da ordem da sociedade.

No dia 16 de junho de 2017, outra liminar do STF suspendeu a lei do Município de Paranaguá, no Paraná, que vedava o ensino sobre gênero e orientação sexual, bem como a utilização destes termos nas escolas. O parecer apontou que a lei comprometia o papel transformador da educação e ainda denunciou a utilização do aparato estatal para manter grupos minoritários em condição de invisibilidade e inferioridade, por meio de uma regulamentação que viola o direito de todos os indivíduos a igual consideração e respeito, levando à perpetuação de estigmas, descumprindo os arts. 1º e 5º da Constituição Federal da República.

A medida cautelar ainda aponta que a lei de Paranaguá infringe o princípio da proteção integral, descumprindo o dever do Estado de manter as pessoas a salvo de toda forma de discriminação e opressão, desobedecendo ao art. 227 da Constituição Federal.

O Brasil é o país com o maior número de assassinatos anuais de pessoas transgêneros e travestis do mundo, e é responsável por 40% dos crimes registrados entre 2008 e 2016, de acordo com o monitoramento realizado pela organização não governamental Transgender Europe, e ocupa o quinto lugar em feminicídio, assassinato de mulheres.

A proibição da abordagem da diversidade de identidades de gênero e de orientação sexual ameaça o cumprimento de regulamentações legais, como a Lei Maria da Penha, que, no inciso VIII do art. 8º, prevê a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia e, no inciso IX do mesmo artigo, indica o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Da mesma forma, as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 anos, no capítulo que trata da complementaridade da base nacional comum e da parte diversificada dos currículos, preveem o estudo de temas como sexualidade e gênero, entre outros.



A escola também faz parte de uma rede de apoio e proteção à infância e à juventude nos casos de violência intrafamiliar. Segundo levantamento do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes, a violência sexual ocupa o segundo lugar na faixa etária de 10 a 14 anos, ficando atrás apenas da violência física, e as agressões geralmente são cometidas por pais e padrastos, que impõem sua autoridade sobre a vítima.

E mais: os discursos de ódio e a violência contra a comunidade LGBT levam familiares a rejeitar, abandonar e agredir filhos que não se submetem aos papéis sociais que lhes são atribuídos, como demonstra o estudo de Hêider.

Ao contrário do que afirmam os moralistas, é justamente o autoritarismo, a violência, os estigmas e as humilhações que levam à desintegração das famílias. O respeito à dignidade de crianças e de jovens, incluindo os identificados com a comunidade LGBT, contribui para manter laços familiares de afeto e de solidariedade.

Tendo em vista a violência intrafamiliar, as equipes escolares têm a obrigação, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, de comunicar aos Conselhos Tutelares e ao Ministério Público os casos de negligência e violações aos direitos das crianças e dos jovens.

Esta função é ameaçada por aqueles que defendem a possibilidade de os pais denunciarem anonimamente educadores, fragilizando a rede de proteção à infância e à juventude, sem nem sequer prever nos projetos a ampla defesa dos educadores.

Por fim, é imperioso citar a carta, de 13 de abril de 2017, do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, que denuncia os efeitos do Programa Escola sem Partido, que pretende impor medidas indevidamente restritivas, as quais ferem o Direito Internacional e acordos dos quais o País é signatário, citando especificamente o art. 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que protege a todos o direito à opinião e à liberdade de expressão, incluindo, obviamente, os educadores.

O documento também menciona os riscos de descumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança.



Em face do exposto, Srs. Deputados, pedimos que arquivem os projetos de lei da Escola sem Partido, pelo seu teor opressivo, e o fazemos em respeito não apenas à Constituição Federal da República e à legislação complementar, bem como aos acordos internacionais que buscam garantir a proteção aos direitos humanos.

Esta manifestação aqui apresentada é baseada em estudos a respeito da legislação brasileira, dos acordos internacionais, em pesquisas científicas e em debates filosóficos, não se confundindo com mera opinião, o que tenta sustentar as argumentações dos projetos de lei.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos as palavras proferidas pela Sra. Russel Teresinha Dutra da Rosa.

Concedo a palavra à Sra. Maria Inez Medeiros Belarmino. S.Sa. dispõe de até 20 minutos. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA INEZ MEDEIROS BELARMINO - Muito obrigada, Sr. Presidente. Senhoras e senhores, boa tarde a todos. Primeiro, eu gostaria de agradecer por esta convocação. Antes de me apresentar, peço licença para apresentar um vídeo, razão pela qual fui convocada para estar aqui hoje.

(*Exibição de vídeo.*)

A SRA. MARIA INEZ MEDEIROS BELARMINO - No dia em que eu fui a esta audiência na Câmara dos Vereadores, eu não sabia que iria falar tudo o que falei, eu não sabia que eu não sabia tudo o que agora eu sei, eu não sabia que tantas pessoas, tantos jovens estavam sendo doutrinados nas escolas.

Existe um número — Graças a Deus, mínimo, mas considerável, barulhento e coeso — de pseudoprofessores que estão querendo tirar nossos filhos de nós.

Eu tenho recebido, depois deste vídeo, inúmeras denúncias, inúmeros depoimentos de pais e mães que estão sofrendo por conta disso. Escola, como eu aprendi, é o lugar aonde vamos para aprender português, matemática, o bom convívio com os colegas, seja de qualquer classe social, seja de qualquer cor. As crianças não enxergam isso. Criança não enxerga se o coleguinha é preto, branco, azul, amarelo. A criança nem sabe distinguir a opção sexual do coleguinha.



É um crime o que estão querendo fazer com nossos filhos nas escolas! Querem passar para crianças de 2 ou 3 anos aula não é de educação sexual; querem é implantar na cabeça das nossas crianças coisas que não têm nada a ver. Criança pequena vai para a escola para aprender a rabiscar, a desenhar o “a”, o “b”, o “c” etc. Não é isso que estão querendo fazer.

O Escola sem Partido não está querendo amordaçar professor nenhum, pelo contrário. O Escola sem Partido quer valorizar o verdadeiro professor (*palmas*), porque esses outros não são verdadeiros professores: são pessoas mascaradas de professores.

Eu quero deixar bem claro que minha fala nesta Casa não busca denunciar, por exemplo, a escola onde minha filha estuda. Eu tenho orgulho e honra da escola onde minha filha estuda, pois é uma das melhores atualmente no Brasil, é uma escola de qualidade. Mas, infelizmente, algumas pessoas estão sujando o nome desta escola.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. MARIA INEZ MEDEIROS BELARMINO - Quero deixar bem claro que isso não acontece somente nesse colégio. Ele está em foco por causa das denúncias e dos vídeos que estão chegando até mim, mas eu recebo denúncias de outras escolas, sobre outras situações.

Cabe ressaltar que um dia antes de eu participar desta audiência na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, conheci a mãe de uma jovem que estudava no ensino médio de um colégio do Estado. Um dia, a mãe e o pai chegaram em casa e não encontraram a menina. Em seu quarto, havia um bilhete: *“Não se preocupem. Eu fui lutar pela nossa família”*. *“Como ela foi lutar pela nossa família, se nossa família não tem nenhum problema?”* E, aí, começa a procura, ligações para os amigos, buscas nas redes sociais. O pai passou mal, a madrinha foi acudir.

Mais tarde, já quase meia-noite, uma amiga liga: *“Tia, a senhora não sabia? Ela foi para Brasília”*. *“Foi para Brasília? Uma menina de 15 anos? Como? Sozinha? Ela foi com quem?”* *“Ela foi com o partido, tia. Ela se filiou ao partido dentro da escola; ela milita pelo partido dentro da escola.”* O partido alugou 300 ônibus e levou todo mundo para Brasília, sem autorização dos pais, para uma manifestação contra o *impeachment*.



A mãe não conseguia falar com a filha, que estava com o telefone desligado. Foram 3 dias de sufoco, até que alguém do partido ligou se dizendo coordenador da menina. “*Quero falar com a minha filha.*” “*A senhora não pode falar com a sua filha. Ela está bem.*” Mas ela não estava bem, porque não estava num hotel cinco estrelas. Estava acampada, sem autorização do pai e da mãe, com pessoas totalmente diferentes da sua família. É uma menina de 15 anos!

Alguns dias depois, ela voltou para casa. Deixaram a menina na Avenida Brasil, de madrugada, com 3 reais e 80 centavos na mão para pegar o ônibus para ir para o Rio Comprido, onde ela mora. Só que de lá ela não pegava um ônibus só. Aí, ela conseguiu um telefone, ligou a cobrar para o pai, e o pai autorizou que ela fosse para casa.

A mãe começou a sentir falta de dinheiro em sua bolsa. “*Poxa, meu marido está pegando meu dinheiro.*” E o mesmo acontecia com o marido. Mas não era um nem outro. Era a menina que estava pegando dinheiro dos pais. E já estava fumando, já estava usando drogas, etc.

Esse é só um dos casos. Na nossa página, relatamos outro caso de uma mãe, também do Rio de Janeiro, que perdeu a filha para a escola. A escola não é o lugar aonde os nossos filhos vão para serem perdidos. A escola deve complementar a educação que nós damos aos nossos filhos dentro de casa, e não destruí-la, desconstruí-la. (*Palmas.*)

Com muito orgulho, com muita honra, sou cristã e católica. As minhas filhas nasceram em berço católico. Minha filha foi sorteada para o colégio. Começou a estudar numa semana, na outra, chegou em casa dizendo que não tinha mais religião. E no sábado tinha feito primeira comunhão. E aí? O que aconteceu?

Nós temos uma convivência muito boa com várias pessoas, e a minha filha vem dizendo que eu sou homofóbica, que eu sou contra os gays. Quem disse isso para ela? Eu não sou contra os gays. Do contrário, respeito a opção das pessoas — só que cada um no seu quadrado. Não deixo de respeitar. Convivo diariamente com pessoas assim. Eu comecei a ficar alerta.

Eu não sou política, eu não sou professora, eu não tenho conhecimento de leis, etc. Mas eu sei que é um dever natural dos pais educar os filhos. A educação e a moral quem dá são os pais. Digo aos meus filhos qual é a religião que eles têm



que seguir. Enquanto estiverem sob minha égide, enquanto estiverem debaixo das minhas asas, vão fazer o que eu, como mãe, ensino, e não o que diz qualquer pseudoprofessor. (*Palmas.*)

Outra coisa: eu estou pagando. Eu pago o salário dos professores, com o imposto. E, se estou pagando, os professores são meus empregados, com todo o respeito que eu tenho aos profissionais que estão aqui, que estão me ouvindo. (*Palmas.*) Não pago o salário de vocês para que doutrinem os meus filhos ou qualquer criança e façam com que se percam. Uma criança ou um jovem que está nesses movimentos parece zumbi. Não acreditava nisso, até o dia em que eu fui conversar com um deles.

E digo uma coisa para os senhores: o que chamaram de ocupação é invasão. Se eu me levantar e der licença, alguém pode ocupar o meu lugar. A partir do momento que alguém entra na escola, fica lá e a destrói, a depreda, é invasão.

E o que acontece? Essas invasões não resultaram em nada. Procurem entre essas crianças que ficaram na invasão se não há algumas meninas grávidas. E não estou falando à toa. Se procurarem nas redes sociais, verão depoimento de alguma delas. Não estou mentindo, não estou dando falso testemunho. Tudo que estou falando aqui se baseia em informações que chegaram a mim. O tempo é curto para eu apresentar todas as informações, mas, se os senhores buscarem nas redes sociais, nos grupos, vão saber. E o uso de drogas?

É invasão para quê? Ocuparam a escola, mas não ficaram estudando, se preparando para o ENEM, que era logo a seguir. De jeito nenhum! A maioria dos estudantes de terceiro ano dos colégios que foram invadidos simplesmente recebeu certificação sem ter concluído os ensinamentos, sem ter estudado, porque precisavam da certificação para o ENEM, tanto que agora, ao que me parece, o próprio ENEM modificou isso. Todos os calendários escolares estão atrasados, e o ensino dos nossos filhos está prejudicado. Isso atrapalhou a vida de todo mundo.

Não é o professor que vai dizer para o meu filho qual é a opção sexual dele. De maneira nenhuma! Essa é uma coisa a ser discutida dentro do nosso lar. Está na Constituição, está no Estatuto da Criança e do Adolescente, está no Pacto de São José da Costa Rica, está em vários lugares, está na Bíblia, que é o norte das famílias! Está na Bíblia Sagrada! (*Palmas.*) Existe família que não tem religião. Nos



nossos grupos de pais que defendem o Escola sem Partido nós temos ateus. E aí? Nós temos ateus! E ateus que defendem a mesma coisa que nós defendemos: que quem educa nossos filhos somos nós. Professor é pago para ensinar Português, Matemática, Geografia, Ciências, História do Brasil, Símbolos Nacionais, Hino Nacional, respeito à Pátria, que nós também ensinamos em casa.

Nós não estamos aqui contra professores. Nós estamos aqui contra falsos professores, pseudoprofessores, pessoas que querem seguir uma cartilha de um maluco chamado Marx, e de outros tantos malucos que há aí. (*Manifestação da plateia*). Ele era um vagabundo, com licença da má expressão. Nunca trabalhou e queria tomar posse do que era da família, do pai e da mãe de família que estavam lá trabalhando para comprar seu arroz e feijão, ter a sua propriedade privada. O indivíduo nunca trabalhou, e queria lançar essas ideias malucas.

Sou mãe. Sou uma mãe do povo; sou uma mãe, como eu disse, suburbana. E conheço a realidade da vida dentro e fora de salas de aulas.

Estou aqui com meu coração apertado, porque hoje era o dia de eu encontrar minhas seis professoras da escola primária. Uma delas veio dos Estados Unidos só para me rever, e não vou poder encontrá-la hoje, mas vou tentar encontrá-la amanhã. Eu desrespeito professor?! Se eu desrespeitasse professores, não teria tantos amigos professores. E tantos amigos professores que estão apoiando minha fala. (*Palmas.*) Não é um só não, são milhares. O nosso vídeo tem mais de 30 milhões de visualizações.

Senhoras e senhores, pensem nisto: Escola sem Partido já! Meus filhos quem educa sou. Nossos filhos, que educamos somos nós. Professores são pagos para ensinar.

Obrigada! (*Manifestação da plateia: Olê, olê! Olê, olá! Escola sem Partido veio para ficar!*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito obrigado. Agradecemos à Sra. Maria Inez Medeiros Belarmino a fala.

Agora concedemos a palavra, para falar por até 20 minutos, à Sra. Ingrid Matuoka.



A SRA. INGRID MATUOKA - Boa tarde, Srs. Deputados Marcos Rogério; Pastor Eurico, Flavinho, demais Parlamentares, convidados, professores e demais presentes.

Meu nome é Ingrid Matuoka. Eu sou repórter do Centro de Referências em Educação Integral, projeto da Associação Cidade Escola Aprendiz, que atua há 20 anos em prol de uma educação igualitária, acessível, integral.

Eu venho aqui falar um pouquinho sobre o nosso projeto de escola, que difere da proposta do Escola sem Partido.

No nosso entendimento de educação integral, o Escola sem Partido não faz sentido. Isso está muito alinhado com conceitos presentes, por exemplo, na nossa Constituição Federal, no ECA, na Lei de Diretrizes e Bases quando ela diz, por exemplo:

(....)

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mas o que é esse pleno desenvolvimento, segundo a nossa concepção? É justamente estimular os jovens a aprender trabalhar em equipe, que eles saibam como suas atitudes pessoais no cotidiano impactam o ambiente, que sejam capazes de usar o corpo. Enfim, todas as habilidades que vão além dos conceitos que vão além de gramática e matemática e que são igualmente necessários para a vida e também dizem respeito a valores.

No Escola sem Partido isso deveria ser transmitido só pela família, essa função não é da escola. Nós concordamos integralmente que as famílias têm um papel fundamental nesse processo. Mas por que excluir a escola desse debate, em vez de fortalecer essa parceria entre escola e família? Eu fico me perguntando: se uma família é racista e passa esses valores para a criança, essa criança não tem o direito de enxergar uma mulher negra de outra forma? Ela não tem o direito de entender o que é o racismo?



Outra coisa preocupante é o discurso do Escola sem Partido como se o aluno fosse uma folha em branco capaz de ser moldada integralmente. Isso não é verdade. A família, junto com a escola, tem um poder essencial. Hoje, nesta hiperconectividade em que vivemos não são só os dois: não é só a escola, não é só a família. Nós temos igrejas, templos, cinema, Netflix, Youtube. Quantos dos filhos de vocês não têm um youtuber favorito, e eles falam sobre essas coisas mais aberta e diretamente inclusive do que os professores? Um colega que se descobriu *gay* vai contar essa experiência. No almoço de família, uma tia distante vai conversar.

Diversas pesquisas, desde os anos 60, mostram que os jovens são capazes de cruzar todas essas informações, antes de tomar uma decisão, antes de acreditar em algo. Enfim, não é só a escola que desenvolve integralmente um jovem, mas também a família, a Igreja, os colegas, a Internet, o Facebook, querendo ou não.

Se na vida cotidiana esses jovens são expostos a essa fluidez de informações, por que a escola deve ser esse ambiente estéril, murado e totalmente diferente do cotidiano? Faz sentido uma escola assim? Uma escola à parte da vida?

Não dá para deixar passar também uma certa subestimação da capacidade crítica dos alunos. É como se eles fossem seres passivos que só recebem informações e aceitam automaticamente qualquer coisa que chega a eles.

Se fosse na escola de antigamente, quando os alunos eram proibidos de questionar, quando eles não podiam erguer a mão e levavam uma reguada por causa disso, talvez esse projeto fizesse sentido, porque esse direito de fala deveria ser garantido. Mas hoje os alunos têm a liberdade de questionar ou deveriam ter em todas as escolas. Defendemos que eles sejam estimulados constantemente a questionar, a perguntar a debater, que eles questionem a família, questionem a escola, questionem os diretores.

Não estou aqui, é claro, querendo dizer que há uma relação de simetria de poder.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Por favor, a palavra está garantida à oradora. Vamos manter a ordem como temos mantido. Qualquer pergunta poderá ser enviada à Mesa que depois passaremos aos palestrantes.



A SRA. INGRID MATUOKA - As escolas não davam esse direito, mas agora as crianças podem questionar, os jovens podem questionar, e eles têm questionado. A ocupação das escolas, por exemplo, foi uma forma que eles encontraram de questionar alguma coisa, independentemente de esse ser o melhor jeito ou não.

Quer testar se o seu aluno é mesmo uma folha em branco e que não reage? Chega numa sala de aula e diz que Deus não é um só, que são vários, e são mulheres negras. Eu quero ver se eles não vão reagir, se vão aceitar isso e dizer: “*É verdade. Existem vários deuses e várias mulheres*”. Não é assim. As crianças e os adolescentes questionam e se não questionarem para o professor por causa dessa relação que existe, é muito provável que eles vão chegar em casa e vão conversar sobre isso com a mãe, com o pai — se eles tiverem essa mãe, esse pai — ou com qualquer outra pessoa da família. É muito provável que isso aconteça.

Se isso não acontecer, realmente é um problema. Além disso, a semiótica, a linguística e outras ciências já refletiram muito sobre a inexistência de um discurso neutro. Todo o discurso é carregado de sentido, inclusive nos livros didáticos.

Assim qualquer tema que um professor vai abordar carrega um juízo de valor. Desse modo, o que não pode ocorrer de forma alguma é limitar a aula a um juízo de valor, ao juízo de valor pessoal desse professor. Isso não pode acontecer. Por isso, a importância do debate, a importância de estimular as escolas a se aproximarem da família, as famílias a estarem presentes nessas discussões da escola, assim como a comunidade do entorno.

Que os alunos participem, façam perguntas, possam expressar o que eles acham sobre as coisas até que criem sua visão do mundo, porque ela não está definida naquela idade, e ela vai mudar. Ela muda constantemente. Nós mudamos a forma de entender o mundo diversas vezes. A curiosidade de questionar e de tentar entender, por si só, já funciona como filtro crítico para esses jovens. Não podemos deixar que essas múltiplas vozes se silenciem.

Por fim, encerrando a minha breve fala, se a escola fosse mesmo assim tão doutrinária e moldasse tanto a cabeça dessas crianças, como alega o Escola sem Partido, será que teríamos tantos grupos de jovens formados no ensino médio há menos de 10 anos? Há jovens que defendem o Escola sem Partido e se manifestam de jeitos muito diferentes. Por exemplo, os jovens do Movimento Brasil Livre — MBL



que concluíram o ensino médio há menos de 10 anos — estou falando de uma realidade próxima — discordam dessa ideologia marxista. Então, há espaço para a pluralidade.

Nós temos um negro que é contra as cotas raciais. Isso não é sinal de que há espaços para surgirem divergências? Nós temos movimentos de gays conservadores. Isso também é uma indicação de que há espaço para a diversidade. Será que eles existiriam se a escola fosse assim tão doutrinária?

Era só isso que eu tinha para dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos à Sra. Ingrid Matuoka.

Na sequência, passamos a palavra ao Pe. João Carlos Almeida, por até 20 minutos.

O SR. JOÃO CARLOS ALMEIDA - Obrigado. Inicialmente, agradeço à Mesa o convite para estar aqui.

Ser o último a falar é sempre uma alegria, porque pude ouvir antes a todos. A minha opção é por uma postura mais analítica, mas não neutra. A neutralidade do pensamento é um mito que já caiu, aquela neutralidade do positivismo. A escola neutra foi uma invenção da Terceira República Francesa. É interessante que estamos reeditando uma coisa que, no ministério da educação de Jules Ferry, de 1877, já era uma fala muito permanente defendida pela maçonaria. Nas lojas maçônicas franco-italianas, no século XIX, defendia-se a escola neutra. Foi por conta da escola neutra que a nossa congregação foi expulsa da França. Agora, voltamos a um debate sobre neutralidade que, de alguma forma, do meu ponto de vista analítico, é um pouco acrítico e até simplório.

Quem sou eu que venho aqui falar? Nasci em 1964, em pleno golpe militar. Sou sacerdote, mas fui educado durante o regime militar. Sou da geração do silêncio. Não apenas tive que cantar o Hino Nacional toda a semana. Eu também estudei Estudos Sociais, fiz licenciatura em Educação Moral e Cívica e OSPB. Depois dei aula de Educação Moral e Cívica e OSPB, fiz doutorado em Educação na USP. Então, tenho experiência em sala de aula. Sou professor, fundador de uma universidade, avaliador do Ministério da Educação e integrante do Banco de



Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — BASIS, do INEP. Portanto, eu me permito aqui fazer uma fala ponderada, reflexiva, analítica e crítica.

Tenho visto tudo que estamos fazendo nesta Comissão, e me parece gente dos dois lados da margem de um rio vendo um barco e dizendo: “*Ele é vermelho!*” Outros dizem: “*Não, ele é azul!*” Proponho que saíamos da margem do rio, tenhamos uma atitude madura, menos tribal, e entremos no barco para olhar dentro dele. Não fiquemos na margem, quase que antecipando o debate das eleições de 2018. Por favor, vamos nos ater ao mérito.

Então, eu falo como especialista em educação, como professor, e menos como padre.

Agora, deixem-me ter um momento de padre. Quero dedicar este momento a todos os evangélicos do Brasil e do mundo, que hoje celebram os 500 anos da Reforma Protestante. Foi no dia 31 de outubro de 1517 que Lutero fez seu protesto. Como este é um espaço de protesto legítimo, não poderia perder a oportunidade de falar nesse espaço de cidadania e recordar os 500 anos da Reforma Protestante, com seus acertos e com seus erros. Ontem, fui convidado para falar na faculdade da Assembleia de Deus. Vejam, um padre foi falar na Assembleia de Deus! Existe esperança para o nosso País.

Eu sei que na bancada da educação há gente evangélica e católica. Nesta Mesa há um padre, um pastor e uma catequista. Há católicos, gente de todas as raças, línguas, povos e nações.

Quero fazer quatro breves considerações. A primeira trata de considerações preliminares; a segunda, de questões reflexivas; a terceira, de conclusões operativas; a quarta é uma proposta ao Relator. Como disse, quero ser assertivo, reflexivo e analítico. Não me insiro nessa epistemologia de ser a favor ou contra. Acho que não presto serviço à educação se eu vier aqui fazer uma fala tribal. Já temos um Brasil muito partido e sem integridade, sem integração. Acho que a palavra “sem” não compõe um Brasil que quer ser íntegro, um Brasil sem... Deixe para lá. Não posso falar tudo que estou pensando. Depois, na hora do debate, podemos falar.

Tenho algumas considerações e observações preliminares.



Primeira observação: parece-me — do meu ponto de vista analítico — legítima a reivindicação dos pais de que a escola e principalmente a sala de aula não sejam espaço de doutrinação político-ideológica. Aqui haveria de se perguntar qual é a diferença entre doutrina e ideologia. Não temos tempo para fazer considerações de natureza teórica, mas não é a mesma coisa. Têm-se usado como sinônimos “doutrina” e “ideologia”, mas não são a mesma coisa. Nas audiências anteriores desta Comissão foi feita essa reivindicação popular — parece-me legítima — de que a sala de aula não seja um espaço para escrever numa tábula rasa, como alguns já disseram, como se o aluno pudesse ser doutrinado.

Segunda observação: é notório que a relação pedagógica entre professor e aluno inclui uma relação de poder que facilita o fluxo ideológico. É ou não é? A relação de poder entre professor e aluno é assíncrona. Alguém tem o poder e o outro tem a obediência, e pode haver assédio pedagógico dentro da sala de aula. Nós somos professores, nós sabemos que isso pode haver. Então, pais ficam apavorados diante dessa concorrência de poder.

Terceira observação: professores doutrinadores praticam uma espécie de abuso de poder pedagógico, que seria o assédio ideológico dentro da sala de aula.

Quarta observação: a exigência de uma neutralidade política, ideológica e religiosa aparentemente se enquadra no conceito de Estado laico. Aqui os dois lados têm dito o mesmo, têm defendido a laicidade do Estado e a neutralidade educativa, ou pelo menos do ensino.

Quinta observação: agora está em jogo o papel da escola, como foi dito várias vezes hoje aqui. É educar? Parece-me que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB diz que não. No art. 2º, já citado, é dito que é dever do Estado e da família educar, e é dever da escola ensinar. Mas ensinar não é o mesmo que educar. É preciso fazer aqui um debate aprofundado. Já foi dito que o papel da escola é escolarizar e o dever da família é educar. Sugiro que aprofundemos esse art. 2º da LDB, porque tem havido certa confusão nisso.

Às vezes, o professor é traduzido como educador; outros falam do professor como instrutor. É a mesma coisa? O professor é apenas um instrutor, que passa conteúdos absolutamente objetivos e neutros, ou o professor é um educador?



Sexta observação: é preciso aprofundar o conceito de ideologia e investigar até que ponto a neutralidade ideológica é possível. É possível?

A Sociologia de Durkheim e a Sociologia de Max Weber já eliminaram esse mito no século XIX, e nem vou citar Marx. Poderia citar Fernando Henrique Cardoso, poderia citar qualquer sociólogo que saiu da escola ontem. Quando se disser: “O primeiro olhar é neutro”, ele vai dizer “*Isso não existe. Eu olho com a cor dos meus olhos. Cada ponto de vista é a vista de um ponto*”.

Eu, pessoalmente, tenho muita dificuldade de entender a neutralidade. Não estou neutro. Como eu disse, sou padre, dei o meu endereço, disse quem sou, ou seja, eu falo a partir do meu olhar. Um debate maduro supõe a pluralidade de olhares complementares. Parece-me que esse também um ponto de vista que todo mundo está aceitando, tanto os que veem o barco azul quanto os que veem o barco vermelho, no outro lado do rio.

Uns falam de pluralidade, outros de diversidade. Parece aquela história da briga de casal em que ambos estão falando a mesma coisa, mas com palavras diferentes. Não acontece isso? É interessante. Por exemplo, já estão me colocando num lado do rio, e eu ainda não saí do barco, estou ainda na parte analítica, ou seja, já estão me pintando, o que é, no mínimo, desrespeitoso.

Sétima observação: questões reflexivas. As questões reflexivas são as seguintes: existe coerência entre uma lei que exige neutralidade e outra que aprova o ensino religioso confessional na escola pública? Aparentemente, não. Como posso pedir um ensino neutro e exigir ensino escolar religioso confessional? Eu tenho dificuldade de entender isso.

Oitava observação: vamos voltar ao conceito de escola neutra da Revolução Francesa, e alguma coisa vai se esclarecer aqui. Cuidado ao falar em escola neutra e contar esse mito. Estamos voltando à Maçonaria. Sei que há maçons aqui. Cuidado para o tiro não sair pela culatra. Talvez estejamos defendendo o que não queremos. Eu quero entrar no barco. Por favor, entrem no barco comigo.

Qual é a origem e o significado da ideia laica? O que é leigo? O que é um Estado leigo? Fala-se muito em Estado leigo. *Laos*, do grego, é povo, é um Estado do povo. Estamos falando de democracia, e não do Estado arreligioso. Com



frequência, fala-se que o Estado leigo é não religioso. Acho que precisamos aprofundar o conceito de escola laica, de escola neutra e de Estado laico.

Acreditamos na possibilidade de uma sociologia analítica neutra. A escola sem partido poderia ser considerada também uma ideologia? Essa é outra questão interessante. Será que é uma ideologia, uma ideia forte, que congrega pessoas que fazem parte de um partido? É uma escola com outro partido? É uma escola partida ou não? É uma escola absolutamente neutra? Talvez essa escola exista no céu, mas na Terra tenho dificuldade de encontrar uma escola assim, tão ideal, em que os professores não tenham nenhum partido.

Por outro lado, será que nossas escolas se tornaram refúgios ideológicos medíocres de um subproduto ideológico e, então, professores que não preparam aula levam alunos a um debate interminável sobre questões de segunda grandeza e chamam isso de consciência crítica? É uma questão a ser vista.

A ideologia de gênero é uma variante de subproduto de uma pós-modernidade decadente líquida que importamos acriticamente e estamos divulgando, divulgando, divulgando? O professor já disse, parece um subproduto importado que está sendo gestado dentro da escola.

Outra coisa: as nossas escolas e os nossos professores não são a primeira voz que ideologiza os nossos alunos e os nossos filhos. Temos a Internet, inclusive a Internet móvel. Eles já chegam ideologizados à escola. Então, vamos ter que criar uma lei também, a da Internet sem partido, e a coisa vai ficar complicada. Vamos ter que criar a lei do mundo sem partido.

Algumas conclusões operativas. Primeira, o projeto de lei apresenta uma questão relevante, a partir de um dado concreto pertinente: os pais têm o direito de educar seus filhos e têm o direito de não admitir que a escola dê uma educação moral, sexual e até mesmo política incongruente com aquilo que os pais desejam. Mas é necessário verificar se a solução apresentada pelo projeto de lei é suficiente.

No fim das contas, acredita-se que um cartaz em sala de aula vai resolver. Cartaz é muito bonito para levantar durante a fala do outro e reivindicar em silêncio, mas pode não resolver. Um cartaz em sala de aula pode não resolver a questão, nem lá nem aqui.



Acirrar os ânimos e marcar debate com balizas dos prós e contras não estimulam um pensamento analiticamente neutro. Não é assim: eu sou pró, eu sou contra. Não queremos o pensamento neutro? Por que não vamos nos deter a uma análise neutra? Parece incongruente querermos uma escola neutra e assumirmos partido. Aqui há partidos, e nós queremos uma escola sem partido. Este espaço é incongruente com o que queremos para a escola, não reflete a escola sem partido, porque aqui nós temos partidos.

É preciso garantir a missão da escola de praticar a educação integral. Esse conceito, promovido pela LDB desde 1996, encontra-se ainda em fraca implantação. A escola neutra é um ideal que se mostrou ineficaz e pseudocientífico no século XIX. É preciso superar o positivismo na nossa educação. Ainda estamos na educação da ordem e progresso. É preciso superar a ilusão positivista na nossa educação brasileira, positivista demais. Uma lei inteligente, um projeto de lei que possa ajudar a educação a ser mais propositiva para os nossos alunos, para os nossos filhos, passa mais pelo “sim” do que pelo “não”.

Lendo atentamente o projeto de lei e as seis proposições que se pretende colocar em sala de aula, verifico que quatro são “não” — “não”, “não”, “não”, “não” — e duas são “sim”. Então, essa é uma é uma proposição negativa. A nossa educação precisa ser mais afirmativa e menos negativa.

É preciso definir uma política afirmativa da pluralidade ideológica, de modo a educar para o pensar autônomo e para a capacidade de sair de si mesmo. É isto o que significa *ex-ducere*: educar, sair de fora de si, sair inclusive do seu ponto de vista para tentar entender o ponto de vista do outro.

A escola é um tempo de socialização que prepara para a vida em sociedade; portanto, deve estimular valores e vivências que favoreçam o respeito, o diálogo, a integração e a integridade.

Existem também outra questão — já vou indo para as minhas considerações finais e para a proposta final —: toda a ideologia se exprime sob a forma de linguagem e vai se consolidando numa linguagem que tem sotaque. Nós temos o sotaque do pró, o sotaque do contra, o sotaque do azul, o sotaque do vermelho. E temos canções de um lado, canções do outro, e os ânimos se acirram.



Não acredito numa democracia de partido, porque um Brasil partido não vai chegar a um Brasil íntegro. Acredito na educação integral. O tribalismo pode não nos levar a nada. Vamos cuidar, porque isso antecipa — antecipa — a polarização de 2018. Aqui nesta Comissão já está começando a campanha presidencial de 2018. Eu repito: aqui nesta Comissão, o húmus cultural do pró e do contra, do vermelho e do azul, já antecipa o debate presidencial. Cuidado para não perdermos o foco da escola. Talvez nós larguemos a bola e corramos sozinhos para o gol. A escola é a bola. A bola da vez é a escola. O Brasil precisa de educação integral.

A minha proposta é a de que, de fato, exista um projeto de lei que contribua e seja bem relatado, mas um cartaz em sala de aula não me parece suficiente, nem mesmo eficaz. Isso me soa como um assédio moral para o professor. Não me sentiria muito bem com esse empoderamento dos nossos alunos, porque sei o que significa na prática, em sala de aula, empoderar os alunos e desempoderar os professores. Logo, nós empoderaremos o povo e desempoderaremos as autoridades. Temos um Congresso Nacional desempoderado, temos um Judiciário desempoderado e temos um Executivo desempoderado. O Brasil precisa colocar a cabeça no lugar. Estamos sem cabeça! Não é tirando a autoridade dos pais e dos professores que nós vamos ter uma educação integral.

Você diz: *“Mas então o que este professor propõe para evitarmos aquele problema legítimo, que é o do assédio ideológico em sala de aula?”* Acredito que nós precisamos ter uma comissão semelhante à Comissão Própria de Avaliação — CPA, estabelecida na lei que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES. Precisamos ter uma comissão própria de educação que seja paritária, que seja formada por pais, professores, alunos e sociedade civil organizada e que permita haver uma massa crítica sobre o que se faz em sala de aula.

O nosso Ministério da Educação não consegue avaliar o ensino superior nem o ensino fundamental dentro da sala de aula. Agora, existe um instrumento que está sendo eficaz no ensino superior, que é a CPA, a Comissão Própria de Avaliação, inclusive com uma ouvidoria.



Então, podemos discutir a utilidade de um cartaz. A lei diz até a metragem do cartaz, o tamanho da letra. Essa é uma questão pedagógica, uma didática da lei. Proponho algo mais profundo.

Considerando a realidade do assédio ideológico e do conflito cultural dentro da sala de aula, é preciso que a educação básica, e até infantil, bem como o ensino fundamental e superior sejam avaliados com participação da sociedade, pais, professores e alunos juntos, no diálogo, por meio da Comissão Própria de Avaliação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Dando prosseguimento, passaremos agora a palavra ao nobre Deputado Flavinho, nosso Relator nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Cumprimento o Sr. Presidente, nossos ilustres convidados e convidadas, todos aqueles que sempre estão conosco neste trabalho árduo que já está completando 1 ano. Começamos no início do ano, já estamos no final deste ano. Realmente, esta Comissão possui um trabalho árduo.

Antes de mais nada, fazendo uma menção ao que foi colocado pela Profa. Russel, a título de informação, quero apenas lembrar que esta é uma Comissão da Câmara dos Deputados, composta por Parlamentares legitimamente eleitos, cada um com a sua matiz ideológica, claro, representada nas suas ações. Mas aqui não é o *site* do Escola sem Partido, não é uma representação do *site* Escola sem Partido. *(Palmas.)*

Aqui nós levamos em conta todas as opiniões. Por isso, estamos com uma Mesa tão plural como essa. Eu, como Relator, desde o início, tenho deixado muito claro meu posicionamento imparcial nessa discussão, apesar de também ter a minha opinião. Se a opinião de nenhum dos senhores e senhoras é neutra, a minha tampouco. Porém, coloco-me imparcial na discussão, exatamente porque quero compor, da melhor forma possível, um relatório que atenda à necessidade dos pais, dos alunos e dos educadores.

Nesta Comissão não somos um “puxadinho” do Escola sem Partido. Por mais que eu respeite o Miguel Nagib e todos aqueles que militam essa ideologia e a defendem da sua forma, mas aqui não é uma extensão do Escola sem Partido, enquanto *site* ou ideologia.



Às vezes, sinto-me um pouco incomodado com as falas aqui feitas no sentido de colocar uma Comissão tão importante do Parlamento brasileiro como esta numa esfera da sociedade civil. Não, somos autoridades constituídas para discutir educação, no caso, nesta Comissão. (*Palmas.*)

Quero apenas deixar claro que, da melhor forma possível, tentamos acolher todas essas contribuições. Respeito profundamente o manifesto trazido e o acolho, como Relator, com muito respeito e com muito carinho. Inclusive, já fiz anotações aqui.

Porém, gosto sempre de deixar claro que esta Comissão tem Relator. E este Relator está sendo muito coerente com todo esse trabalho. Então, fique tranquila que estamos atentos a todos esses pontos que V.Sa. também traz como preocupação. Eles são acolhidos, com muito respeito, repito, por este Relator nesta Comissão.

Gostaria de trazer aquilo que foi dito várias vezes, porque, como Relator, meu papel é questionar aqueles que trazem as contribuições. No entanto, também trago algumas contribuições para que o debate fique nesse âmbito, como dizia o Pe. Joãozinho, bem claro, objetivo e verdadeiro. Concordo plenamente com o que foi dito pelo Pe. Joãozinho com relação à diferenciação que existe na nossa Constituição — ou pelo menos deveria existir de forma mais explícita — e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB quando se fala da diferença do educar e do ensinar.

Na Constituição Federal, inicia-se no art. 205 o capítulo referente à educação, dizendo que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. E fica muito claro no art. 208 qual é o dever do Estado com a educação, ou seja, o dever de ensinar do Estado com a educação proposta e também, claro, acompanhada pelos pais.

Já li pelo menos uma vez, mas vou ler novamente, para ficar muito claro, o que está no art. 208:

Art. 208. O dever do Estado com a educação — que, a meu ver, deveria aqui ser “ensino” — será efetivado mediante a garantia de — e aqui estão, no caso, os deveres do Estado para com o aluno:



I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 anos (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular (...)

E por aí vai. Eu não vou ler, pela economia processual de tempo. Mas aqui está muito clara essa questão do dever do Estado para com o ensino.

Há outro esclarecimento que eu já fiz em pelo menos mais três audiências públicas, eu acredito, com relação às leis municipais que foram aprovadas, especialmente a de Alagoas, que foi tida como inconstitucional.

Nesse caso, não é o mérito. O mérito está sendo discutido no fórum apropriado, específico e legal, que é o Parlamento brasileiro. Não é o Supremo Tribunal Federal — STF que trata do mérito dessa questão até que esta Casa se pronuncie. Depois disso, o STF terá então a possibilidade de se manifestar pela inconstitucionalidade ou não do projeto aprovado no âmbito federal.

Foram ditas inconstitucionais as leis pelo fato de terem sido aprovadas no âmbito estadual, em Alagoas. E agora também com relação a Jundiá já existe essa discussão.

O Parlamento brasileiro não está fora dessa discussão, e o STF só pode se manifestar nesse caso depois que esta Comissão aprovar o relatório ou não, e depois de ele ser votado no plenário desta Câmara. Aí, sim, o STF poderá se manifestar. Digo isso apenas para deixar claras algumas coisas, como eu já fiz de



outra vez, quando foi trazida essa questão. É para ficar clara a situação do projeto em si em nível estadual, onde foi aprovado.

Eu quero deixar somente uma pergunta, como sempre faço, para os quatro expositores. Está havendo votação nominal, mas eu quero deixar a pergunta, antes de nós irmos para a votação. Como Parlamentares, nós temos a obrigação da votação. Então, é uma correria. Tem que ser lá e cá.

Há uma pergunta que deixo para os quatro mais como meditação, e gostaria de um posicionamento dos nossos quatro expositores, sobre um pensamento de René Hubert. Diz assim:

De acordo com o filósofo teórico da área de Pedagogia René Hubert, a educação é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem. Essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade.

Então, dentro de toda essa discussão que nós já tivemos aqui hoje, eu gostaria de uma palavra de cada uma das senhoras e do senhor com relação especialmente a esse ponto do pensamento desse filósofo e teórico da área da pedagogia, que diz que “a educação é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem”.

Gostaria de ouvir o pensamento, diante dessa frase, de cada uma das senhoras e do senhor que também está conosco aqui.

Enquanto o nobre Deputado Joaquim Passarinho fala, vou sair para votar e já volto para que S.Exa. também possa votar. Peço desculpas, mas rapidamente vou e volto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Antes da resposta e também das considerações finais dos palestrantes, passo a palavra ao Deputado Joaquim Passarinho para também se pronunciar.



O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Boa tarde a todos, ao Sr. Presidente e aos senhores convidados.

Quero saudar também o Prefeito de Breu Branco, no Pará, que está aqui ao meu lado. O Prefeito Garcês é nosso parceiro e está aqui atrás de recurso, diante dessa escassez, da crise atual.

Obrigado pela presença, pela visita, Garcês. Dê um abraço em todo aquele povo querido de Breu Branco, ao lado de Tucuruí.

Para quem nunca ouviu falar de Breu Branco, todo mundo já ouviu falar de Tucuruí. Bem ao lado de Tucuruí, o Município de Breu Branco tem sua área inundada pelo Lago de Tucuruí.

Mas, entrando no nosso debate, tenho dito que, quando venho a essas reuniões, Sr. Presidente, às vezes acho que estou em outra reunião, porque se debate tanta coisa aqui, e, quando pego o projeto para ler, isso não está lá. *(Palmas.)* Debate-se ideologia, debate-se a questão de partidos, mas isso não está lá! Também acho que, como o padre disse sobre o cartaz afixado, talvez as pessoas nem leiam o que está escrito lá.

Temos que discutir o cerne da questão. Primeiro, o professor não vai ser neutro nunca. Ele tem uma formação, ele pode ter um partido, ele tem a sua formação religiosa. Eu sou católico, V.Exa. é evangélico, mas eu não posso exigir ou aceitar que numa escola pública um professor vá impor na cabeça da criança que a religião católica é a única verdadeira. *(Palmas.)* Ele pode dizer que é católico, mas tem que dizer que existem outras religiões.

A meu ver, ninguém está tirando direito de ninguém de fazer nada, mas também acho que nós não podemos tirar o direito das famílias na educação dos seus filhos. Assim como eu acho que ela é complementar, na minha opinião — a Constituição diz isso — uma complementa a outra, por serem complementares, elas não podem ser antagônicas, senão não serão complementares. Não podem entrar em choque. A criança não é uma página em branco. Nunca vai ser. O jovem principalmente nunca vai ser. Mas nós não podemos, como o padre disse, impor, até porque a posição do professor é muito diferente, começando pelo local onde ele se senta. O professor se senta acima, olha de cima. O aluno fica embaixo. O professor



é o mestre, o professor tem que ser respeitado. Então, as opiniões do professor são muito fáceis de serem assimiladas como verdadeiras, principalmente pelas crianças.

Hoje em dia, pela vida que nós temos, o professor acaba tendo mais tempo com os nossos filhos do que a própria família, até porque nós confiamos em colocar os nossos filhos lá.

A Internet é outra questão que foi comentada.

Apenas eu queria que este debate não fosse direcionado para o sentido de ser comunista ou não comunista. Não está escrito nada disso no projeto. Nada disso está escrito aí.

Volto a dizer, o professor tem o seu pensamento, deve ter e vai ter sempre. Não vai deixar de ter nunca. Foi falado aqui sobre ter o seu juízo de valor. Acho que ele tem que ter o seu juízo de valor e vai ter. E pode até dizer na sala qual é o seu juízo de valor, mas não impor que o aluno aceite o seu juízo de valor como verdadeiro. Ele tem que dizer que há outros pensamentos.

É apenas isso que eu entendo como Escola sem Partido. Até esse nome, como já questionei em outras reuniões, deveríamos tirar. Quando se fala em Escola sem Partido, parece que estamos discutindo aqui PT, PCdoB, PSDB e tal. E não está escrito nada disso aqui no projeto.

Se nós conseguíssemos, nesses debates, discutir apenas o que está na lei ou que está no projeto de lei, talvez as discussões já tivessem acabado há mais tempo.

Quero dizer que estou aqui para contribuir com este debate, e não levar para o lado de ser uma coisa de Esquerda ou não Esquerda. Eu acho que temos que dar o direito também às famílias de saberem — ou pelo menos pretenderem, até certa idade — o que querem para seus filhos.

E aproveito para parabenizar a senhora pela coragem que teve, pela coragem de se manifestar. (*Palmas.*)

O que nós temos normalmente visto — eu me formei numa escola pública, numa universidade pública e sou fruto de escola pública — é que dizer que não é de esquerda é pejorativo. Na minha época, as pessoas se escondiam. E não precisamos de escola para isso. A escola tem que discutir política, discutir partido, discutir religião. Não há nenhum problema quanto a isso. Agora, o professor não pode impor a sua religião ao aluno, nem pode impor o seu partido ao aluno, nem



pode impor a sua ideologia ao aluno. Ele tem que mostrar que existem vários outros conceitos, para que o aluno possa, com a ajuda do pai e da mãe, com a ajuda da família, conseguir formar o seu entendimento. Por mais que o entendimento da família, como o jovem não é uma folha em branco, seja totalmente diferente do entendimento de alguns outros que ele conheceu na rua, ele pode ficar com o que ele conheceu na rua. Nós temos diversos modelos, diversas exemplos disso por aí.

Não vai ser calando o professor — não é isso que se quer —, não vai ser proibindo isso ou aquilo, que se vai resolver, porque o aluno tem acesso a tudo hoje com a tecnologia, mais rápido do que na sala da aula, muito mais rápido.

Sr. Presidente, toda vez que venho a estas reuniões, fico preocupado, porque passo aqui 2 horas ouvindo e pensando em quem vai discutir o projeto. *(Palmas.)* Discutem tudo, menos o projeto! Volto a dizer: eu não concordo com aquele cartaz. Acho que aquilo não vai dizer nada. Mas ninguém discute aquele cartaz! Um dos pontos do projeto é colocar aquele cartaz. Ninguém diz: *“Olha, aquele cartaz não deve estar ali por causa disso, disso e daquilo”*. Não discutem isso.

Portanto, repito, não vejo ali nenhum cerceamento de nada. Agora, acho que a educação dos meus filhos, a educação dos nossos filhos — apesar de estarem envolvidas as duas partes — começa com a família. A própria Constituição coloca a palavra “família”, e a escola complementa. E volto a dizer, para terminar: se complementa, não pode ser antagônica, não pode haver disputa, não pode haver contradição entre uma e outra.

Precisamos ver como fazer isso com muita tranquilidade, porque, se nós envolvermos apenas rixas partidárias e ideológicas nesse projeto, não vamos chegar nem a isso. Estamos desviando o foco de algo que é, a meu ver, bem simples, bem prático. Espero que façamos isso com a maior serenidade, sem que isso seja nenhum tipo de — vejam — Escola sem Mordança, Escola sem Partido, escola sem isso, escola sem aquilo. E nada disso está escrito aqui! Não há nenhuma palavra aqui, Presidente, que diga que o professor não pode ter a sua opinião, pelo menos no que eu li. A não ser que estejamos analisando outros projetos. Não sei se chegaram outros projetos que tratam de outras coisas, mas estou me baseando no que está no projeto. E, pelo que está no projeto, não vejo nada ofensivo a ninguém.



Espero que possamos ter tranquilidade. Para os católicos e também para os evangélicos, que a benção do Espírito Santo desça sobre nós. Espero que possamos tirar um pouco essa rixa, um pouco essa coisa das ruas ainda, de *impeachment* e não sei mais o que, porque não é isso que queremos discutir. Mas que possamos realmente discutir educação. Se conseguirmos discutir educação e falar de educação, nós vamos dar um passo gigantesco para as nossas famílias, para a nossa educação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos as sábias palavras do nobre Deputado.

Como de praxe nesta Comissão, para este momento das conclusões finais, quem quiser já pode responder às colocações do nobre Relator. Como disse, inverteremos a ordem dos expositores.

Concedo a palavra agora ao nobre palestrante Pe. João Carlos Almeida para as suas palavras e considerações finais.

O SR. JOÃO CARLOS ALMEIDA - Muito interessante este debate. Eu tiro duas conclusões principais. A primeira é que, de fato, nós não estamos aqui numa Comissão para tratar de Escola sem Partido. Esse nome parece que hoje foi superado. E nós temos algo muito mais importante: superar o assédio ideológico em sala de aula. Esse é um fato identificado por pais, que deu origem a todo esse movimento.

Quando se torna movimento e tem um nome, nós entramos num nominalismo, num tribalismo, que pode levar inclusive a agressões gratuitas e a jogar a minha tinta no outro, porque eu acho que esse é comunista, aquele é isso, e não deixo nem ele falar, ou eu não quero compreender qual é a posição do outro.

A sugestão que dou aqui é que essa didática do cartaz seja melhorada na lei — e aqui já me dirijo ao Relator — por algo mais profundo, propositivo e consequente: a obrigatoriedade legal de que toda escola tenha a sua comissão própria de avaliação. Ela seria composta por pais, professores, alunos, sociedade civil organizada e uma ouvidoria obrigatória, de modo integrado, porque a lei toda é muito inteligente, mas, quando chega nesse final, frustra quem está na sala de aula. Um cartaz não vai resolver.



Vai ser assédio, vai empoderar o aluno. Temos que empoderar o professor também, mas temos que empoderar os pais! O que a professora disse aqui tem que ser dito numa comissão própria lá dentro da escola que está praticando o assédio. Mas onde ela pode falar? Onde se pode falar dentro da sua escola? Não há um fórum obrigatório na escola pública. E o Parlamento pode discutir com profundidade sobre isso, para que haja uma comissão própria de avaliação e que se possa debater nas nossas salas de aula, nas universidades e nas escolas fundamental e infantil, com pais e professores. E, se um professor estiver praticando assédio, então, sim, ele poderá ser advertido e até responsabilizado por isso, porque não é uma atitude pedagógica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito obrigado, nobre Pe. João Carlos Almeida.

Na sequência, passamos a palavra à nobre Sra. Ingrid Matuoka.

A SRA. INGRID MATUOKA - Nós debatemos um pouquinho aqui que educar e ensinar são coisas diferentes. E eu me questiono com relação ao fato de que crianças ou adolescentes levam questões da sociedade, questões pessoais para dentro da sala de aula — e eles fazem isso. O que o professor vai dizer a essa criança ou esse adolescente se eles quiserem saber o que é uma pessoa *gay*, por exemplo?

As escolas sofrem com as mazelas da comunidade em que está inserida. A escola é porosa às questões da sociedade. Propor que ela se limite a Matemática e Português parece-me um pouco utópico, porque as próprias crianças trazem essas questões para a sala de aula.

E mais: não é só um professor que exerce essa função do educar, mas vários, principalmente no ensino fundamental II, em que mais professores passaram a ter contato com o aluno. Então, já são vários discursos, e raramente eles são completamente consoantes.

Sobre o comentário do Deputado em relação a não poder entrar em choque, não haver contradição, isso, então, significaria uma voz única? Talvez o choque e o conflito sejam importantes, talvez seja interessante haver visões opostas para que se possa construir alguma coisa. De fato, neutralidade não existe há décadas,



ninguém mais fala disso. O que se propõe é o debate entre as visões de mundo, para que essas contradições possam dialogar em algum ponto, em alguma medida.

Sobre a relação de poder do professor, ela é real: o professor lá na frente, num palco, em cima; e os alunos embaixo, enfileirados. A proposta, então, é mudar um pouco essa relação do “professor soberano” — entre aspas. E, se houvesse mesmo essa soberania do professor, se ele fosse tão respeitado como se diz, não haveria educador sendo violentado por aluno, tanto fisicamente quanto nas redes sociais, enfim.

Outra questão me chama a atenção. Não tenho dúvidas de que é impossível, é imoral, é ilógico que um professor imponha uma religião, um partido, uma ideologia a uma criança ou adolescente. Não faz nem sentido que isso aconteça. O que acontece é que o modo de fiscalização e policiamento disso é problemático. Isso precisa ser debatido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito obrigado, nobre Sra. Ingrid Matuoka.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Só um minuto, por favor. Como já havíamos anunciado a programação, V.Exa., que sempre é paciente, vai nos entender. E nós teremos paciência também de ouvi-lo.

Agradecemos à nobre Sra. Ingrid Matuoka e, na sequência, passamos a palavra à nobre Sra. Maria Inez Medeiros Belarmino.

A SRA. MARIA INEZ MEDEIROS BELARMINO - Eu queria dizer ao Pe. Joãozinho que já existem esses conselhos em algumas escolas. Eles são considerados agora IEFs. Eu não sei se existem nas municipais e nas estaduais — eu realmente não sei —, mas nas federais já existem.

Mas existe uma corrente que está querendo tirar a representação dos pais, tirar a representação da sociedade civil. Por quê? Porque eles estão vendo que agora, como esse é um processo eletivo, os pais contrários a determinadas atitudes estão tendo voz e estão ganhando votos. Então, eles querem tirar essa representação, querem mexer nos estatutos, etc.

O SR. JOÃO CARLOS ALMEIDA - Quem está querendo retirar essa representação? Desculpe-me.



A SRA. MARIA INEZ MEDEIROS BELARMINO - As pessoas que não querem que nós pais tenhamos voz dentro das escolas. *(Palmas.)*

Quer ver uma coisa? O senhor falou em entrar no barco. Nós queremos entrar no barco. Antigamente nós entrávamos no barco. Quando? Nas festas de Dia dos Pais, Dia das Mães, Dia das Crianças, Dia do Professor. Agora não pode mais haver Dia dos Pais, Dia das Mães, Dia das Crianças, Dia do Professor. Por quê? Porque essas festas levavam as famílias para dentro das escolas. *(Palmas.)* Eles estão tirando isso. Agora há uma festa cultural de 2 em 2 anos, na maioria das escolas, e não só nas públicas, não, nas particulares também.

Volto a dizer que não são todos. Mas, infelizmente, existe uma minoria fedida que não quer a nossa presença cheirosa lá dentro da escola. *(Palmas.)* Infelizmente existe essa minoria.

Agora, respondendo à pergunta do Deputado Flavinho, existe a condição de a educação ser algo que um adulto involuntariamente passa, porque sou eu, como mãe, que ensino o meu filho a dizer bom dia, boa tarde, boa noite, com licença, desculpa; sou eu quem o ensino a comer, lavar as mãos, fazer todas aquelas coisas. Somos nós pais que o educamos. E, lá na escola, os professores vão dar os ensinamentos.

Tem que haver essa complementação, mas não se pode, como esses poucos estão querendo, tirar totalmente a presença dos pais. E eles estão querendo fazer isso através da cultura, através da arte, através da música. E nós pais temos que abrir os olhos.

E olhem só: muitos professores estão do nosso lado, porque eles também são pais e, nas suas casas, estão sofrendo com isso. *(Palmas.)*

Portanto, nós estamos querendo entrar no barco, mas, infelizmente, alguns poucos não estão querendo deixar. Porém volto a dizer: nós somos persistentes e vamos entrar nesse barco. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito obrigado, Sra. Maria Inez Medeiros Belarmino.

Eu quero deixar bem claro que não vou tirar o Deputado Sóstenes do barco. *(Risos.)* Ele está no barco. Mas S.Exa. vai entender que...



O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Esta Presidência age com “preconceito” sempre. (*Riso.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - S.Exa. vai entender que, na ausência dele, nós anunciamos como seria o conteúdo programático do encerramento. Então, S.Exa. vai ter sua oportunidade logo após a fala da ilustre Sra. Russel Teresinha Dutra da Rosa, que disporá de 3 minutos.

A SRA. RUSSEL TERESINHA DUTRA DA ROSA - Eu queria lembrar que a LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não é uma lei do ensino, é uma lei da educação. Então, a educação já está na legislação máxima que rege o sistema educacional brasileiro.

A legislação educacional já prevê, já tem mecanismos de participação da comunidade escolar, incluindo as famílias e os estudantes. Os conselhos escolares têm, na sua composição, famílias e estudantes. Então, já existem esses mecanismos. E as escolas já têm mecanismos de controle, portanto, do que acontece nos seus espaços.

Mas o assédio aos professores já vem ocorrendo pela própria existência desses projetos de lei e desse movimento Escola sem Partido, como foi registrado inclusive em reportagem da *CartaCapital* e em diversos outros documentos.

Por outro lado, a suposta doutrinação ideológica que motivou a proposição desses projetos de lei não está documentada em pesquisas de entidades representativas dos pesquisadores do campo educacional. A única pesquisa citada nem sequer segue os critérios de rigor científico, de composição estatística na justificativa de um dos projetos de lei.

Por fim, queria mencionar que o que aqui tem sido designado como ideologia de gênero, tanto nos discursos quanto nos textos dos projetos de lei, é uma designação pejorativa em relação a estudos acadêmicos acerca das desigualdades de gênero e da diversidade de identidades de gênero. Não se trata de opção, trata-se de identidade e de identificação, de como as pessoas se veem. Também há uma designação pejorativa aos movimentos sociais que têm buscado equidade social das pessoas que pertencem às comunidades LGBT.

Ainda queria mencionar que hoje eu apresentei, sim, uma discussão dos diversos projetos de lei. Os projetos não delimitam em que consistem as supostas



práticas de doutrinação ideológica. Nesse sentido, eles têm uma amplidão, aberta à livre interpretação, que pode provocar e já vem provocando perseguição e assédio aos professores.

Então, aqui há o risco de minorias de estudantes e minorias de docentes virem a ser perseguidos caso esses projetos de lei venham a ser aprovados. E já temos isso, sim, bem documentado em situações dessa natureza.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos à Sra. Russel Teresinha.

Neste momento, antes do encerramento, passamos a palavra, com muita honra, ao primeiro inscrito para falar nesta audiência, o Deputado Sóstenes Cavalcante, que, como sempre, participa contribuindo e trazendo subsídios para todos nós e para que esta Comissão trabalhe cada vez melhor.

Deputado Sóstenes Cavalcante, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, convidados que palestraram nesta importante reunião da Comissão Especial do Escola sem Partido, inicialmente, eu gostaria de render os meus aplausos aos representantes contraditórios do Escola sem Partido, porque estavam, há vários meses, desaparecidos. *(Manifestação na plateia: É verdade! Palmas)* Pensei que tinham acabado! Parabéns às duas que vieram!

Ficamos aqui meses e meses, num monólogo, porque não aparecia mais ninguém. Então, eu quero tributar os meus aplausos às duas que vieram, porque reuniões e audiências públicas nesta Comissão são realizadas para se ouvir o contraditório.

Eu gostaria de pedir desculpas a todos porque, apesar de ter sido o primeiro inscrito, não pude estar presente porque estava resolvendo, junto ao FNDE, o assunto de uma creche no Município de São José do Vale do Rio Preto. Isso se deu justamente no período em que fui chamado. Portanto, quero justificar a esta Presidência, aos convidados e aos que nos assistem que a minha ausência não foi porque eu não estava trabalhando. Aqui nós trabalhamos em múltiplas ações e em muitos momentos.



Gostaria de agradecer também à Maria Inez pela presença, cujo convite se deu em virtude de um nosso requerimento. Eu não conheço a Maria Inez, a não ser através desse vídeo que circulou no Rio de Janeiro. Depois nós nos encontramos pessoalmente em um episódio, para sermos justos.

A SRA. MARIA INEZ MEDEIROS BELARMINO - Por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Por 5 minutos, no episódio de uma palestra do Miguel Nagib, à qual estive presente. E não houve nada mais.

São tão interessantes esses que lutam contra o Escola sem Partido! Eles já disseram tanta coisa no Pedro II, inclusive que ela trabalha comigo, que é conhecida nossa...

A SRA. MARIA INEZ MEDEIROS BELARMINO - Que você me sustenta!

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Que eu sustento a Maria Inez. Esses são justamente aqueles que não aguentam o contraditório e querem usar dos mais baixos argumentos e atitudes para desqualificar uma mãe.

Eu ouvi aqui da Maria Inez o que ouço direto em várias escolas, com todo o respeito às duas convidadas que contradizem o projeto e que só enriquecem o debate. Eu acho isso muito oportuno para nós, porque temos que fazer o exercício de ouvir o contraditório.

Ouvi atentamente a parte em que estava na audiência e queria dizer que, assim como você, Maria Inez, há centenas de milhares de pais que me procuram desesperados, porque o que acontece nas escolas é doutrinação, sim. Não estou falando de alunos, mas de professores. Quando se faz campanha política dentro das escolas, quando professores saem adesivando número de candidatos A, B ou C — não vou nem citar os partidos, porque vai ficar até deselegante se eu disser quais são —, isso é o partido dentro de escola. Isso existe! (*Palmas.*) Quando existem sindicatos ocupando espaços de escola pública e não pagam nem sequer o aluguel contratual que existe como taxa simbólica, isso é fazer política dentro da escola, sim! (*Palmas.*) Nunca vamos deixar de dizer a verdade. Isso tem que parar. Este País tem que respeitar tudo e todos, inclusive a família.

Mas, Sr. Presidente, já que se falou tanto aqui em direitos humanos, hoje estamos celebrando 500 anos da Reforma Protestante. V.Exa. sabe onde nasceu a Reforma Protestante? Não foi com os vermelhinhos. Sabe onde nasceu a reforma



agrária? Não foi com os vermelhinhos. Quem fez a reforma agrária foi a Reforma Protestante. E eu acho engraçado dizerem que hoje nós somos fundamentalistas, hoje nós somos homofóbicos, hoje nós somos misóginos. São tantos os adjetivos para nós que somos oriundos da Reforma Protestante que eu fico assombrado!

Todos esses direitos pelos quais eles dizem lutar nasceram conosco. Sabem o que eles são? Ladrões das bandeiras alheias. É isso o que a Esquerda é. *(Manifestação na plateia: Parabéns! Palmas.)*

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos as palavras. A democracia permite que cada pessoa se pronuncie.

Nós queremos registrar que eu nunca vi o Deputado Flavinho tão feliz.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - O regulamento não deixa espaço aberto para a plateia participar, salvo como eu tinha pedido antes — acho que o amigo não ouviu: que mandassem as perguntas para cá, que nós as leríamos. Se todos fossem falar...

Eu ouvi o senhor perguntar se a nobre jornalista tinha filhos. O senhor fez essa pergunta quando ela estava falando. Até pedi, com todo o respeito, que o senhor respeitasse a fala dela. Se ela quiser responder, poderá fazê-lo agora. Nós abrimos essa concessão. Na fala dela, o senhor perguntou: “*A senhora tem filhos?*” Houve essa interpelação. Não sei se ela queria responder à pergunta.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, em respeito a elas, até porque a parte contrária não estava vindo, eu acho que temos que manter as regras regimentais, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Exatamente. Mas, como ele falou, e a pergunta foi gravada aqui, se ela quiser responder, ela tem esse direito. Se ela não quiser responder, nós respeitamos também.

Como eu dizia, o Deputado Flavinho está muito feliz hoje. Os senhores não sabem, mas, diante de tudo o que lhe falam, S.Exa. ficou um bom tempo aqui sonhando, esperando que a parte contraditória assumisse a responsabilidade de vir



falar no local ideal, que é a Comissão. E foram poucos os representantes que vieram nesta Comissão fazer o contraditório.

Hoje nós estamos tendo o privilégio de ter a Sra. Russel Teresinha e a Sra. Maria Inez. E queremos registrar a nossa gratidão, o nosso respeito ao posicionamento das senhoras. Aqui nós estamos aqui na condição de moderadores, respeitando todos os lados, todas as posições. Por isso, eu digo que o Deputado Flavinho hoje teve um privilégio que raramente tivemos nesta Comissão.

Então, nós queremos agradecer, de todo o coração, a presença dos senhores, a presença de todos os que aqui estiveram nos acompanhando. As manifestações, desde que ordeiras, são permitidas nesta Casa — e eu acredito que ninguém partiu para a agressão aqui. As expressões foram feitas em silêncio, embora entendamos que é normal qualquer palestrante ou participante também reagir no momento oportuno.

Em nome desta Comissão, eu quero agradecer, mais uma vez, às Sras. Russel Teresinha, Maria Inez e Ingrid e também ao Pe. João Carlos pela ilustre participação neste final de tarde e início de noite. E quero dizer que, com certeza, temos mais subsídios para que o Relator possa trabalhar o seu relatório.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar os trabalhos, antes convocando reunião para o dia 7 de novembro, às 15 horas, em plenário a definir, destinada a audiência pública de convidados e deliberação de requerimentos.

Está encerrada a presente reunião.